


Mapeando a inclusão em uma escola de Porto Velho-RO

Mapping inclusion in a school in Porto Velho-RO

 <https://doi.org/10.56238/sevedi76016v22023-100>

Maria José Ambrósio dos Reis Peters

Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Marcia Machado de Lima

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

RESUMO

A bricolagem como metodologia, neste estudo procurou apresentar uma vivência pedagógica ocorrida em uma escola de Porto Velho-RO, sobre inclusão de uma estudante/adolescente/deficiente intelectual. Foi possível fazer um mix da pesquisa documental, bibliográfica e relato de experiência, tratando-se de uma forma única o espaço da inclusão no chão da escola. Os mapas da afetividade, metodológico e das políticas públicas foi a metáfora usada como didática textual, valendo-se de Figueira (2019), Mantoan (2003), Sasaki (2011), Vygotsky (2012) como suporte teórico.

1 INTRODUÇÃO

Panorama geral dos mapas da Inclusão

O processo de inclusão das pessoas com deficiência é um caminho extenso e árduo, marcado pela complexidade dos preconceitos, desinformações, exclusões. Segundo Figueira (2019, p. 38) “teve início ainda na década de 1920, nos estudos do psicólogo russo Lev Vygotsky”. Mas antes deste período entre os séculos XIX e XX, muitos médicos “pesquisaram, escreveram e publicaram trabalhos com pessoas com deficiência, sobretudo mentais, preocupados que estavam com aprendizagem das crianças” (FIGUEIRA, 2019, p.11). Antes o processo de exclusão era evidenciado no afastamento das pessoas com deficiências de seus familiares e também pela associação das deficiências com patologias, constituindo estigmas que ainda acarretam o processo de inclusão na atualidade. A inclusão nasceu pela perspectiva do caráter médico em espaços institucionalizados, e hoje transita na escolarização com o nome de inclusão social ou escolar.

É necessário entender que pessoas com deficiência ocupam a sociedade, estampado no Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022) onde 8,2% da população brasileira apresenta alguma deficiência, constituindo 17 milhões de pessoas espalhadas

Palavras-chave: Educação inclusiva, Políticas públicas, Educação escolar em contexto amazônico.

ABSTRACT

The bricolage as methodology, in this study sought to present a pedagogical experience that occurred in a school in Porto Velho-RO, about the inclusion of a student/adolescent/intellectual disability. It was possible to make a mix of documental, bibliographical research and experience report, treating in a unique way the space of inclusion on the school ground. The maps of affectivity, methodology and public policies were the metaphor used as textual didactics, making use of Figueira (2019), Mantoan (2003), Sasaki (2011), Vygotsky (2012) as theoretical support.

Keywords: Education, Public Policies, School Education in Amazonian context.

em todo território nacional. Este dado mais detalhado é apresentado pelo (Instituto Brasileira de Geografia e Estatística -IBGE, 2018) indicando que “12,7 milhões de pessoas com deficiência estão assim distribuídas: 1,1% apresentam problemas auditivos, 1,4% deficientes intelectuais, 2,3% deficiência física e 3,4% deficientes visuais” (IBGE, 2018, p. 5-6).

O INEP (2022) ampliou o olhar sobre cada uma das deficiências que acometem o estudante com deficiência. Assim especifica o resultado: Deficiência Intelectual 872.917; ocupando o primeiro escalão nas deficiências. Em segundo lugar Autismo 294.394, em terceiro lugar Deficiência Física 153.121, em quarto lugar Deficiências Múltiplas 86.062; em quinto lugar Baixa Visão 77.180; em sexto lugar Altas Habilidades/Superdotação 23.758; em sétimo lugar Surdez 21.841; em oitavo lugar Cegueira 7.114; e em nono lugar Surdo/Cegueira 578. Esse retrato da escola inserida no processo da inclusão remete o grau de dificuldade e os desafios destes novos tempos que, embora as mudanças educacionais sejam lentas, existem avanços políticos, sociais e culturais que refletem esses dados.

Aproximando o olhar um pouco mais acurado sobre a escola, outro relatório divulgado pelo Inep (2022) demonstra o aumento do número de matrículas de estudantes especiais no período de 2010 a 2021 saltando de 34.044 para 107.853 no ensino infantil, de 380.112 para 840.295 no ensino fundamental, e 27.695 para 172.897 para o ensino médio evidenciando a necessidade de uma preparação melhor e mais inclusiva nos espaços escolares, tanto nos aspectos curriculares, quanto na formação de professores para atender as especificidades deste público que, não mais vê a pessoa com deficiência como incapaz. Elas representam uma parcela significativa da população brasileira, compõem a sociedade e alimentam a cadeia produtiva de alguma maneira. Outro ponto a se pensar: um corpo deficiente, não exclui a possibilidade de algum aprendizado, além de serem amparadas constitucionalmente.

Passando para o espaço acadêmico visitando a bases científicas verificou-se quando do uso da frase inclusão escolar no período de 2017 a 2021 contabilizaram 14 trabalhos na scielo, 1.120 no google acadêmico, 31.416 no catálogo de teses e dissertações. As análises acadêmicas em que se constitui em campo de pesquisa, em termos de periódicos necessita uma injeção nas publicações sobre o assunto, no entanto teses e dissertações o campo está bem avançado. Esta análise revela a relevância, a importância e a necessidade dos debates sobre o assunto, repensando a inclusão como “[..] uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral” (MANTOAN, 2003, p.16).

A inclusão é como um tesouro precioso, e sem algumas pistas, fica um pouco complicado compreender-se e compreendê-la neste contexto. Afim de guiar a pesquisa que ora se apresenta, organizou-se quatro partes que, serão contextualizadas através da metáfora de mapas. O mapa metodológico: guia da pesquisa científica; mapa da afetividade: caminhos da inclusão na escola; mapa das políticas pública: direito a educação inclusiva, e; o mapa vivencial: uma experiência no universo da educação inclusiva.

A pesquisa científica necessita de um caminho teórico metodológico para, construir e organizar saberes, registrar os estudos que ficaram e ficarão gravados no tempo e espaço e servirão de base para novas pesquisas. O mapa metodológico que será detalhado, seguiu uma bricolagem Rodrigues et al. (2016) por ter uma abordagem qualitativa, e pela construção teórico metodológico ousada de fazer um mix entre a pesquisa bibliográfica, documental e o estudo de caso. “A bricolagem é pautada em abordagens mais críticas e criativas, considerando a complexidade do mundo, além de provocar e afinar a reflexão do pesquisador” (RODRIGUES et al., 2016, 970). A pesquisa também adotou as proposições de Gil (2008) referente a pesquisa documental.

Em relação a sequência didática assumida pelo estudo, após o mapa metodológico, segue o mapa da afetividade. “Henri Wallon destaca que a afetividade é central na construção do conhecimento e da pessoa”. (ALFANDÉRY 2010, p.37). A afetividade, no campo das ciências humanas, nos possibilita uma aproximação maior do outro. Através de sentimentos e emoções, entramos em um universo psíquico e psicológico, atingindo patamares da existência, indo além daquilo que podemos apalpar com as mãos. É o afeto, a alteridade que representa o passaporte para esse mapa. A afetividade de muitos em uma sociedade, mobiliza-se na direção de ações consistentes, de iniciativas individuais e coletivas, das organizações de classes em lutas que geram as políticas públicas.

O mapa das políticas públicas inclusivas propõe revelar uma parte da história de lutas e conquistas sociais em torno desta causa. Sabe-se que os ganhos destas lutas encorajaram e encorajam a sociedade civil, no sentido de fazer acontecer a inclusão escolar. A política pública dá sustentação e respalda os termos do direito à sociedade para exercer seu papel de luta pela cidadania. Sem as políticas públicas a classe dominante teria o poder absoluto de mandar e desmandar a qualquer hora, e o processo democrático social seria apenas uma utopia. Embora haja algumas maneiras, dentro do jogo democrático, para que a classe dominante retarde a implementação de políticas inclusivas e seus ganhos sociais, especialmente no que se refere à escola e aos educadores. Conhecer a legislação possibilita fazer valer os mecanismos presentes no ordenamento legal e criar outras saídas de retardar o processo, quando da sistematização e implementação destes ganhos sociais na escola. Importante é conhecer a legislação, criar mecanismos de fazer valer. E também resistir às dificuldades, dialogar com outros educadores sobre os problemas existentes, escrever, reescrever histórias, preenchendo a sociedade com possibilidades de inclusão das pessoas com deficiência, sabendo que toda experiência é única e faz parte da história individual de cada pessoa.

O mapa vivencial será baseado nas experiências de uma professora de Educação Física e contará a história de inserção social no ensino fundamental. No centro da história está uma adolescente com deficiência intelectual. Constatando que o meio social, permite o desencadear de muitas histórias e, porque elas foram contadas percebemos que o universo de culturas foi disseminado ao longo da existência humana. Pereira (2016, p. 77) discorre “[...] uma das mais fascinantes possibilidades do ser humano é o poder de contar histórias”. Quiçá a visibilização do espaço da sala de aula, através deste relato de experiência, possa

contribuir de alguma forma, para desmistificar o universo da educação inclusiva e inspirar outros pesquisadores a compartilharem suas práticas, descobertas e conhecimentos.

2 ESTUDO DOS TERRITÓRIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os territórios demarcados pelos mapas metodológico, afetivo, das políticas públicas inclusivas e o mapa vivencial, são metáforas para se compreender melhor a questão da inclusão no contexto social e escolar.

Os territórios da educação inclusiva permeiam as questões de experiências pedagógicas, valores, afetividade, universos distintos. Provavelmente haverá mais abrangência e estudos mais pormenorizados a respeito. Na pesquisa intitulada Tecnologias Digitais de Informação, Comunicação e Expressão TICE orientada para indivíduos com Transtornos de aprendizagens - TA: uma revisão narrativa e seus apontamentos (BELLUCCI; SANTOS, 2021) enfocam a TICE como gerador de possibilidade da inclusão de vários tipos de pessoas com deficiência no mundo digital. A metodologia inclusiva discutida por Bellucci e Santos (2021) é efetiva como alternativa inclusiva na contemporaneidade, pois abrange as tecnologias. No entanto, embora seja de um grau de importância memorável e indispensável, o contato físico através da afetividade nunca poderá ser dispensável porque ele é intrínseco a condição humana.

E por agora, a linha de raciocínio do presente estudo, é atingir a educação inclusiva pelo lado da empatia, e das possibilidades das experiências pedagógicas durante os processos didáticos, através da dança e expressão corporal.

3 MAPA METODOLÓGICO

A pesquisa científica precisa necessariamente percorrer alguns caminhos durante seu trajeto. E para tanto, partiu de duas indagações: Como transitar no universo da educação inclusiva na escola? Em qual contexto seria possível praticar educação inclusiva na escola? Foram essas as questões geradoras que encaminham essa investigação. Para responder de alguma forma esta problematização, precisou-se recorrer a pesquisa bibliográfica, documental e o relato de experiência, formulando uma bricolagem.

O termo bricoleur (em português: bricolagem) é francês, sendo utilizado nas áreas de educação e de saúde e fez parte dos estudos científicos do Antropólogo belga Levi-Straus (1908-2009). Em 1970, Straus percebeu que “antes do rigor científico, com o controle das variáveis e a validação dos procedimentos, já se construía um saber sistemático resultado da observação e da experimentação, o que sustentou o nascimento da ciência moderna”. (SOUZA et al., 2016, p.25). Percebe-se que o conhecimento parte da análise dos fenômenos existentes entre descobertas, observações de forma criativa utilizando inúmeras frentes de pesquisas.

Deste modo optou-se pela metodologia da bricolagem por ser uma maneira mais acessível de falar de Educação Inclusiva a partir de um relato que, isoladamente não tinha pretensão de virar uma pesquisa

científica. O relato nasce da experiência pedagógica exitosa com uma estudante adolescente com deficiência intelectual, na qual o conhecimento da dança construiu um saber até então inexplorado. Portanto a bricolagem em sua abordagem crítica tornou-se um caminho para produzir rupturas no engessamento da pesquisa científica, porque dialoga exatamente com Educação Inclusiva, imprevisível na maioria das vezes nos encontros da sala de aula. A bricolagem

[...] na Ciência se refere a um modo particular de pensar e viver a busca científica que utiliza as lentes da multirreferencialidade. O conceito de multirreferencialidade introduzido nas ciências humanas e na educação vai além de uma pesquisa metodológica, assumindo posição epistemológica (RODRIGUES et al., 2016, p. 971).

Nesses tempos em que somos atravessados por inúmeras identidades, a bricolagem vem enfatizar a possibilidade de permitir uma ligação, quem sabe um alcance na inclusão das pessoas com necessidades especiais no chão da escola. Nesse viés, observa-se que os espaços educativos estão fracionados pelas correntes pedagógicas, pelos currículos, pela diversidade e também pelos processos interculturais, sendo a metodologia da bricolagem uma alternativa para visibilizar as histórias que se desenrolam nesses espaços na relação com e desses sujeitos.

A bricolagem enfatiza a diversidade de posições, interpretações pensadas, observadas, experimentadas e vividas que se apresentam em diversos contextos e narrativas a exemplo do que ocorre com a educação inclusiva.

4 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica leva o pesquisador a consultar livros, artigos, dissertações, teses, resenhas para fundamentar e sustentar a escrita, subsidiando a empiria com vistas a cientificação a respeito do assunto pesquisado. A “pesquisa bibliográfica reside no ato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p. 50).

A partir da pesquisa bibliográfica foi possível conhecer autores como Figueira (2019). Ele superou as sequelas de uma paralisia cerebral sofrida durante o parto. Transitou dos cuidados e terapias médicas hospitalares à inclusão social escolar. Tornando-se um multiprofissional, através do esforço pessoal e da oportunidade de passar pela escolarização. Hoje, tem dois doutorados, é um cientista que defende a causa da inclusão, trazendo para academia mais de cinquenta títulos em obras. Figueira indica, através de experiência, que existem inúmeras possibilidades no universo da inclusão com resultados promissores.

Outra ferramenta da pesquisa bibliográfica, é a capacidade de rememorar os pesquisadores consagrados como Sasaki (2011), um ícone na educação inclusiva, contribuindo didaticamente, através dos conceitos dos termos utilizados no contato social com “pessoas com deficiência” (SASSAKI, 2011, p. 3). E bem lembrar que os autores contemporâneos, são os frutos deixados dos legados históricos dos estudos anteriores. Na inclusão por exemplo, é de extrema relevância entender o que Mantoan (2003, p.16)

referenda: “as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades”. Essas informações, enriquecem o estudo aqui contextualizado, fornecendo subsídios para uma construção teórica metodológica que permitem as ideias transitarem da empiria para a ciência.

5 PESQUISA DOCUMENTAL

Enveredando para a pesquisa documental, buscou-se encontrar o ordenamento legal que trata da inclusão. Elencou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação –LDBN, de dezembro de 1996, Lei 13.146 da Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015). Declaração de Salamanca (1994) que trata das políticas e práticas na área das necessidades especiais, Declaração Mundial sobre educação para todos – Conferência em Jomtien (1990), que estabelece um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem do qual o Brasil foi signatário. Estas são algumas das fontes oficiais que regimentam a participação política e social desses indivíduos na sociedade. A pesquisa documental possibilitou encontrar nas fontes, dados que deram suporte aos ganhos em termo de políticas públicas inclusivas, e as adaptações orientadas, para atender e atentar para especificidades da inclusão escolar das pessoas com deficiências.

6 RELATO DE EXPERIÊNCIAS

As pesquisas em educação têm buscado nos relatos de experiência, formas de introduzir o cotidiano escolar nos espaços científicos. A dinâmica da sala de aula, é recheada de histórias e fatos pedagógicos que, podem trazer informações interessantes para a compreensão da educação inclusiva a partir do chão da escola.

A escola e o convívio com a inclusão são um desafio intermitente. Quando se está aprendendo a trabalhar com um aluno autista, o ano termina. No ano seguinte o (a) professor (a) precisa atender um estudante surdo, um estudante cego, um com deficiência intelectual. São situações com chances de acontecer na escola, que enveredam das questões pessoais (afinidades), das estruturas em relação a organização do espaço físico (equipamentos específicos e adaptados para inclusão), da escassez dos recursos humanos e da formação docente e da flexibilização do currículo, para incluir as pessoas com deficiências nas escolas. Então o relato de experiência fez pensar essa dinâmica, e oportunizou trazer uma história ocorrida na disciplina de Educação Física com as séries iniciais.

7 MAPA AFETIVO: CAMINHOS DA INCLUSÃO

Desinfeta na linguagem popular solicita que saia, que suma, que desapareça e não deixe vestígios. Desafetos são aqueles que nos feriram ou desrespeitaram, e ficaram marcados como experiências dolorosas nas caixinhas mentais. Afeto é aquilo que nos afeta. Nos faz voltar ao início da vida, ao feto. Ao porto seguro do acolhimento. Afetivo é toda ação que me faz voltar a pureza, a leveza, ao aspecto da sensibilidade.

Essas palavras e seus possíveis significados, quer seja para linguagem, ou sentimentos, só ocorrem quando existe um contato entre seres. “Na concepção de Espinosa a afetividade é parte inalienável do sujeito e de que o modo como ele é afetado pelos outros corpos pode potencializar sua ação, conduzindo-o à alegria e à liberdade, ou despotencializá-lo, gerando tristeza e passividade”. (AUGUSTO et al., 2016, p. 149). Então, a afetividade é a porta aberta para potencializar os corpos, quando do encontro entre pessoas.

No campo das relações humanas, o conjunto de fenômenos psíquicos que, são experimentados e vivenciados na forma de emoções, e sentimentos, contempla a definição de afetividade. Portanto, é inegável que para existir uma experiência de liberdade pelos corpos que são afetados, é necessário sair do campo do tangível, e alçar os voos mais altos no campo da afetividade. Educação inclusiva sem o olhar da afetividade não acontece. Pois neste território, o que é natural, se desnaturaliza, o que é normal, se desnormaliza, e o que se fecha em um currículo padrão, se despadroniza.

E a escola então! Que caminho percorrer? A educação inclusiva foge a todos princípios da racionalidade. E o pacote pronto com livros didáticos, aulas segmentadas, e rotinas preestabelecidas e outros sem fins de organização que o currículo tradicional impõe, precisam se reorganizar para ir ao encontro de um ser que as vezes não fala, não anda, não escuta, não cala, um ser alienado; se levar em consideração a estrutura cultural escolar. Quebrar paradigmas, e despadronizar, mesmo que se estude na academia, é uma decisão individual e também coletiva. No entanto o educador é o mediador e precisa ter atitude de produzir e adaptar a organização dentro da comunidade escolar que inclua as pessoas com deficiência. Um dos vieses que facilitam essa ruptura é a afetividade.

Pestalozzi, o educador suíço do século XVIII, em sua busca da compreensão de uma educação integral, percebeu que os sentimentos tinham o poder de despertar o processo de aprendizagem autônoma na criança. Identificou que a educação deveria adentrar a “cabeça, a mão e o coração” (SOERTAD, 2010, p. 91). E o que faz o coração voltar a bater pela criação humana? É o exercício da afetividade, que é uma das facetas do amor. O amor se mobiliza na energia da compreensão que, permite uma adaptação de ambos os corpos de todos lados, e ângulos e, resulta em uma criação favorecendo o processo de inclusão.

Vygotsky (2012) demonstra a importância da criação não como um modo operante somente de gênios, e comenta a respeito:

[...] a criação, na verdade, não existe apenas quando se criam grandes obras históricas, mas por toda parte em que o homem imagina, combina, modifica e cria algo novo, mesmo que esse novo se pareça a um grãozinho. Se levarmos em conta a presença da imaginação coletiva, que une todos esses grãozinhos não raros insignificantes da criação individual, veremos que grande parte de tudo o que foi criado pela humanidade pertence exatamente ao trabalho criador anônimo e coletivo de inventores desconhecidos. [...] a criação é condição necessária da existência e tudo que ultrapassa os limites da rotina, mesmo que contenha uma cota do novo, deve sua origem ao processo de criação do homem (VYGOTSKY 2012, pp 17-18).

No universo da inclusão, até quando a escola, enquanto organismo vivo de pessoas, negará a existência das veredas da criação que existe no interior dos corpos despadronizados das pessoas com deficiência? Figueira contextualiza a respeito da não preparação dos professores.

[...] são muito comuns professores do ensino regular dizer que não estão preparados para receberem alunos com deficiência. Não há uma maldade nisto, mas, sim, certo estado de ansiedade e em muitos, mesmo que seja de forma inconsciente, um mecanismo de defesa contra algo desconhecido. Para a maioria dos professores, assim como para grande parte da população, ainda há aqueles velhos conceitos referentes às pessoas com deficiência: são associadas ao estado de doença, são rotuladas como pessoas que não têm capacidade de se desenvolverem ou aprenderem como as demais, entre outros. Mas, ora, o desenvolvimento e a aprendizagem humana é mesmo individual e ninguém tem um modelo a seguir (FIGUEIRA, 2019, p. 39).

Sendo a aprendizagem individual, todos conseguem aprender, desde que a forma didática do que se vai ensinar seja adaptada ao educando em questão. Se o único recurso didático for as indicações das referências nacionais, a exclusão ocorrerá não somente com os estudantes que possuem seus corpos afetados por alguma deficiência, mas com a maioria que participam do processo de escolarização. Outro ponto tocado por Figueira é o despreparo dos professores. Pensar em formação adequada alinhada às dificuldades enfrentadas pela escola perpassa pelo diálogo crítico com o currículo padronizado.

Uma abordagem dentro do que se considera teoria curricular pós-crítica propõe ser possível contemplar a diversidade, os diferentes. É interessante experimentar novos modelos, maneiras outras, afim de visibilizar a diferença como um traço de riqueza. A sala de aula é repleta de oportunidades desafiantes exatamente por causa do contexto e complexidade da convivência com a diversidade. Candau (2016, p. 804-805) recorda que “[...] as diferenças estão bombando na escola e não sabemos o que fazer”. Ousar, persistir, desobedecer fomentam novos pensamentos, resultam em evolução, como são as conquistas das políticas públicas alcançadas neste contexto.

8 MAPA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

Os mapas são a cartografia desenhada de muitos países. Mostram as cidades mais próximas, suas fronteiras e, os mares que assim separam ou aproximam. Da mesma maneira, as leis e conceitos utilizados na educação inclusiva, podem também servir como uma bússola que aponta um rumo e também a seguridade de que a chegada possa acontecer.

Existiram ao longo da história das pessoas com deficiência quatro fases. A primeira era exclusão total da sociedade. A segunda fase chamava-se segregação, quando familiares e pessoas tocadas pela causa, criaram espaços em escolas especiais, hospitais, clubes. A terceira fase constituía-se pela integração, quando as pessoas com deficiência chegaram a escola em salas especiais e de recursos. E a inclusão onde todas as pessoas com deficiência seriam incluídas nas salas comuns.

Os primeiros processos de inclusão na perspectiva da escolarização no Brasil, ocorreram a partir do século XX, conforme Lei nº 4.024 de 1961, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional garantindo o

direito à educação e acesso as escolas regulares para as crianças portadoras de alguma deficiência ou superdotação. Passados uma década onde cumprir e incluir ainda estava em fase bem primária, surge a Lei 5.692/71 incluindo e excluindo ao mesmo tempo. Freitas;Jacob (2019, p. 1) comentam: “[...] quando a abordagem se restringiu ao isolamento das crianças para evitar que suas particularidades atrapalhassem os demais, o acesso claramente não ofereceu um modo de participar compatível com uma vida escolar”. Nesse período histórico da inclusão, os estudantes eram separados em uma sala de aula dentro da escola, experiência que trouxe as pessoas com deficiência o acesso e também a discriminação criando um estigma: a sala dos especiais.

Nesse ponto da história também nasceu o conceito de integração das pessoas deficientes, tanto físico como mental, estruturada através de um Centro Nacional de Educação Especial:

[...] uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes (MANTOAN, 2003, p.15).

Ao mesmo tempo surge uma modalidade de ensino classificada como Educação Especial. Neste formato, aparecem escolas específicas para atender os portadores de necessidades especiais. E nas escolas regulares a criação de salas separadas para este fim. A educação especial é:

[...] uma modalidade de ensino destinada a educandos portadores de necessidades educativas especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. A integração dessas pessoas no sistema de ensino regular é uma diretriz constitucional (art. 208, III) (Brasil, 2000, p. 64).

Esse avanço tornou possível a integração. Mas a Educação seria especial até que ponto? Será que esse ponto, traria uma solução para a questão do aluno deficiente no ambiente escolar? Interagir com imposição de limites, somente na entrada, no intervalo e na saída garantiria a educação como direitos de todos, que a Constituição do Brasil (1988) tanto propõe? Contemplaria as especificidades do cidadão? Integração como expressão de um corpo presente? Ou na perspectiva de interagir através de uma ação mútua, compartilhada entre dois ou mais corpos? Corpos esses, bem distanciados pela diferença: os anormais e os normais.

Mantoan (2003) contextualiza educação inclusiva, através da metáfora elaborada pela educadora canadense Marsha Forest sobre caleidoscópio educacional. Se faltar um pedaço do desenho durante a projeção, não se tem a projeção exata do desenho. As crianças aprendem melhor umas com as outras e não separadas. Ficando evidente que “a distinção entre integração e inclusão é um bom começo para esclarecermos o processo de transformação das escolas, de modo que possam acolher, indistintamente, todos os alunos, nos diferentes níveis de ensino” (Mantoan, 2003, p.16).

A Educação Inclusiva é um caminho meio espinhoso, embora apaixonante. Espinhoso porque é uma luta incansável dos pais, educadores e simpatizantes que, são tocados pela causa. E apaixonante, porque é muito mágico, sentir que a vida, ultrapassa a esfera de um corpo deficiente. Nomenclatura esta, declarada oficialmente através da Lei nº 7.853/89, Decreto 3.298, art.3º, “deficiência – toda perda ou uma anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 2015, s.p.).

Atualmente no século XXI esse conceito foi ampliando no Art. 2º, da Lei nº 13.146, de julho de 2015, (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência):

[...] considera-se Pessoa com Deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, s.p.)

O assunto da inclusão ultrapassa os muros da escola ou daqueles que, como um presente, ganharam em suas famílias essas pessoas. O mundo inteiro discute, e também exercita a cidadania e entende que todo esse processo se dá através da educação. Assim o Fundo das Nações Unidas para a Infância, 1990 em Jomtien na Tailândia discutiu e apresentou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, em que se propôs universalizar o acesso à educação e promover equidade. Seu artigo 3º, parágrafo 5, contempla as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências que, requerem atenção especial. “É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo”. (BRASIL, 1990, s.p)

Outro movimento importante nas lutas que antecederam a educação inclusiva, foi a Declaração de Salamanca por volta de 1994. Nessa declaração as (Organizações das Nações Unidas, se propõem a tratar em termos de resolução os princípios, política e prática para a educação especial:

Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais Reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências, o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. Notando com satisfação um incremento no envolvimento de governos, grupos de advocacia, comunidades e pais, e em particular de organizações de pessoas com deficiências, na busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas; e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializadas, e organizações intergovernamentais naquela Conferência Mundial (BRASIL, 1994, p.1).

Esses direcionamentos e avanços vão sendo alinhados as políticas Nacionais, Estaduais e Municipais. No que tange a Lei de Diretrizes e Bases Nacional de Educação (LDBN) nº 9.394/96, o seu Capítulo 5, artigo 59. “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas

necessidades” (Brasil, 2001, p.19). Esta abertura da legislação, condiz com a especificidade que deve ser tratado a inclusão na escola, e ainda abre para as questões de currículos, métodos, técnicas e recursos que podem ser estruturados e/ou adaptados, para potencializar um atendimento nos parâmetros e realidades que forem ocorrendo ao longo do processo ensino aprendizagem. No capítulo IV do Direito à Educação da Lei 13.146/15 assim declara:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015, s.p).

Educação inclusiva, além das questões da legalidade, perpassa pela identidade e o respeito as diferenças. Então, é possível que uma mudança de paradigma nas ações, ou reações no contexto escolar, possam sensibilizar as práticas, a ponto de experimentar ousar e procurar transformar os desafios em encontros, e os encontros em vivências e não mais uma experiência sem sentido para ambos os lados.

9 MAPA VIVENCIAL: UMA EXPERIÊNCIA NO UNIVERSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA ATRAVÉS DA ARTE DE DANÇAR

A escola do século XXI, ainda mantém a tradicionalidade, currículos fechados, e didática preestabelecida. É bem embaraçoso quando pelo portão da entrada, uma cadeira de rodas é empurrada, ou algum comportamento destoa dos considerados adequados, escapando dos corpos que ali estão.

As inabilidades, dificuldades e/ou o ato de não aprender dos alunos precisam ser vistos a partir da pluralidade de variáveis do processo de aprendizagem, que envolve, principalmente, as dimensões biológica, psicológica, emocional, cognitiva e social. O professor, majoritariamente, devido as suas condições de contorno (formação, ambiente social, cultura, ecossistema escolar e alunos) tem nas mãos a complexa tarefa de lidar ou administrar tal pluralidade Bellucci; Santos (2021, p. 3).

Querendo ou não, gostando ou não, preparado ou não o confronto acontece. Permitir que a diversidade não se torne um entrave, uma barreira é uma tarefa que a docência não pode se omitir, uma vez que o encontro é inevitável. E que seja da melhor forma, e com significados para ambos os lados. Foi assim a história de uma aluna deficiente intelectual de 12 anos, matriculada no segundo ano do ensino fundamental, de uma escola Estadual, no município de Porto Velho em Rondônia.

Antes de passar para o relato propriamente dito, é necessário esclarecer que, a intervenção realizada neste processo de inclusão, aconteceu no espaço da Educação Física, e o bloco de conteúdos utilizados, pautou-se na dança, conteúdo referendado na proposta curricular. Sabe-se que a dança, faz os corpos encontrarem uma outra forma de perceber a totalidade do universo. “[..] a dança na escola vai além de uma coreografia é uma maneira de incluir os corpos, superando a visão tradicionalista de que existe um corpo

específico para dançar [...] contribui com os processos de ensinar e de aprender [...] é um recurso pedagógico” (FERMINO et al., 2021, p.3).

O ritmo, a vibração sonora, impactam diretamente em um aprendizado complexo, prazeroso, criativo e capaz de encontrar nas habilidades dos estudantes, pontos afins que geram uma cultura de pertencimento, de comunicação integradora, inclusiva e afetiva. “A dança não deve ser vista apenas como uma arte, pois vai além é um modo de vida, de existir, de festejar de celebrar a vida” (GONÇALVES et al, 2011, p. 9918), “na dança há o potencial de construir formas de ser e estar no mundo” (FERMINO et al., 2021, p. 2). Vygotsky lembra que, expressão corporal através da representatividade, aciona a criatividade da criança, sendo um jogo. “O jogo é a escola da criança, que educa espiritual e fisicamente. O seu significado é enorme para a formação do caráter e para o amadurecimento da mundividência do futuro adulto” (VYGOTSKY, 2012, p.116). Dito isto, passamos ao relato de cena da experiência de inclusão na escola, um jogo afetivo, didático rompendo as barreiras que segregam e afastam as pessoas com deficiência no processo de escolarização.

Professora, professora assim a aluna **A** corre com medo da aluna **B** que estava munida de um chinelo a perseguiu-la como nas brincadeiras de pega-pega. A diferença aqui é que a aluna **B** era uma adolescente com deficiência intelectual, fora da faixa etária, matriculada em uma sala de 2º ano do ensino fundamental. Nessa brincadeira que parecia bem natural. A aluna **A** estava quase tendo um ataque do coração, afirmando que a outra era um monstro em meio a choro e desespero. A professora falava com a aluna **A** para se acalmar, mas a situação era bem complicada e um pouco tumultuada, pois tudo isso se passava no horário do intervalo.

Em outro momento durante a aula de Educação Física, a professora parou para observar, se as cenas que ocorreram no intervalo, seriam repetidas. Aconteceu a mesma coisa. Com investidas nada sucedidas ficou a pensar como desconstruir aquele conceito que, fazia do encontro entre estudantes, uma experiência de desencontro com possibilidades de rupturas sociais e traumas para ambos os lados. Porque a aluna **A**, chorava copiosamente, como se a aluna com deficiência intelectual fosse matá-la?

Há matutar, veio um pensamento na cabeça da professora. A melhor forma de aproximar as pessoas, é arranjar um jeito de trabalharem juntas, com objetivos comuns. E aí, como fazer isso? De repente veio a ideia de uma dança. Mas qual dança?

Em um outro momento, separado das aulas, selecionou algumas canções. E em seguida chamou as alunas **A** e **B** para dialogar. A aluna **A** ainda estava com bastante medo da aluna **B**. Mas, na intervenção proposta, ouvir uma canção e escolhê-la, elas conseguiram o primeiro contato. A preferência de ambas foi a música Arco íris. Em seguida, a professora perguntou se queriam dançar a música que escolheram, e se queriam que mais alguém participasse. Prontamente a aluna **A** chamou algumas amigas, e a **B** chamou alguns meninos para surpresa da professora, porque eles também eram perseguidos por ela com o chinelo na hora do intervalo.

Construíram juntos a coreografia e iniciaram os ensaios. E cada vez que ensaiavam, os medos eram transformados em convivência, em entendimento e o que parecia uma agressão tornou-se uma brincadeira. E o monstro que aluna **A** enxergava na **B**, foi substituído pela fada do Arco íris, personagem representado na dança, pela aluna **B**.

Dessa maneira a inclusão foi vivenciada e nesta pequena intervenção, ocorreram descobertas inimagináveis com algumas repercussões. Os estudantes em trabalho coletivo interagiram, conseguindo vivenciar uma faceta da inclusão. A aluna **B** realmente viveu um processo de inclusão. A aluna **A** descobriu que a brincadeira com o chinelo, era a vontade que a aluna **B** expressava em interagir com os colegas e também em comandar um grupo. Fato ocorrido quando ela conduziu o grupo de dança. A aluna **B** encontrou na expressão corporal através da dança, a capacidade de interpretar movimentos sutis como os de uma bailarina, imperceptíveis até então. A ponto de tocar a mãe, que admirada perguntou como havia ocorrido aquela transformação. O corpo técnico da escola, indagou a professora: como você descobriu que a aluna **B** sabia dançar, sendo que sua maior interação era correr com um chinelo na mão atrás das outras crianças?

Inclusão não é fácil mas, utilizando-se da metáfora de um baú fechado, representando a Educação inclusiva, podemos assim arguir. É inalcançável e impossível saber o que existe dentro. No entanto, quando arriscamos abrir, mesmo que não saibamos o que iremos encontrar, com certeza as descobertas são intermináveis com um sem fim de conhecimentos, combinações e possibilidades de ensino aprendizagem. Um olhar atento, o afetar-se, deixar tocar-se e focar no entorno, podem fazer e trazer os encontros com as diferenças um potencial humano, didático e pedagógico, resultando na inclusão.

10 UM GIRO PELOS MAPAS DA INCLUSÃO

Afetar os corpos no interior da sociedade, em especial da escola, é uma tarefa complexa quando se trata das Pessoas com Deficiência. As desinformações, o medo do desconhecido e os preconceitos distanciam o processo de inclusão.

Pesquisas científicas, experiências didáticas e pedagógicas, e relatos bem-sucedidos, contribuem para abrir o debate e as discussões nesse sentido. Por isso o estudo em questão trouxe a contribuição de fontes bibliográficas, documentais e relato de experiência em formato de bricolagem; rememorando, os conceitos de integração, inclusão e deficiência. Desta maneira, procurou-se apontar suas bases conceituais, entendendo que, aprofundar essa altercação, é um dos requisitos para a desconstrução de um currículo tradicional que, não só exclui as Pessoas com Deficiência, mas todos que ficam a margem dele.

Andar em meio a diferença, deveria ser natural para um país como o Brasil que, apresenta uma diversidade em suas bases históricas. E a inclusão ser essencial, permeando e fazendo parte dessa cultura. No entanto, onde existem pessoas e pensares, muitas situações preconceituosas e de ignorância podem ocorrer, baseados em princípios educacionais jamais vistos ou modelos copiados. Reeducá-los e reaprendê-los deveria ser uma prática durante a escolarização.

O fato é que, em uma sociedade, além das normas de cordialidade na convivência, são necessários também parâmetros para que essas regras possam valer. Por isso as leis surgiram, e no presente estudo legitimam a participação direta do cidadão que, se encontra no processo de inclusão na sociedade e em todos os âmbitos decorrentes dela, como é o caso da escolarização. No entanto, apresentar leis e não criar mecanismos para seu funcionamento, corrobora para a criação de dois mundos. O mundo de como seria de direito, e como se apresenta de fato. Para apropriação do direito de inclusão na escola, das Pessoas com Deficiência, precisa existir: as pesquisas científicas, o cumprimento das políticas públicas de inclusão com todas as garantias, e um tratamento mais pontual na formação curricular escolar e docente.

Essas possibilidades, não são receitas, nem fórmulas prontas. Sugere simplesmente reflexão. O que é uma pessoa deficiente? É um ser humano em um corpo que foge aos padrões? Ou as ideias, de que é mais simples fazer de conta, que todas as instruções e conceitos, garantirão a entrada e o percurso da jornada das pessoas com deficiência na escola. O processo está em andamento, e muitos espaços sociais recebem essa clientela, é necessário e pontual a desconstrução pessoal e coletiva, afim de permitir o acesso, a permanência e o atendimento de maneira igualitária, respeitando o direito de ser igual em suas diferenças.

REFERÊNCIAS

- Augusto, D. M., Feitosa, M. Z. S., & Bomfim, Z. A. C. (2016). A utilização de mapas afetivos como possibilidade de leitura do território do CRAS. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 7(1), 145 – 158. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2016v7n1p145>. Acesso em: 20 mar.2023.
- Bellucci, J. N., & Santos, G. L. (2021). TICE orientadas a indivíduos com TA: uma revisão narrativa e seus apontamentos. *Linhas Críticas*. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.36040>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Congresso Nacional do Brasil. Assembleia Nacional Constituinte. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.
- Brasil, Distrito Federal, Brasília. (1990). *Declaração de Salamanca, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- Brasil, Distrito Federal, Brasília. (1996). *Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996* (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional). Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.
- Brasil, Distrito Federal, Brasília. (2000). *Plano Nacional de Educação*. Artigos de 1 a 8, câmara dos Deputados. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- Brasil, Distrito Federal, Brasília. (2001). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Capítulo 5 da Educação Especial. Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.
- Brasil, Distrito Federal, Brasília. (2015). *Lei 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Estatuto da Pessoa com Deficiência*. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.
- Candau, V. M. F. (2016). Cotidiano Escolar e Práticas Interculturais. *Caderno de Pesquisa*, 46(161), pp. 802 – 820. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/GKr96xZ95tpC6shxGzhRDRG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- Fermino, R., Grimes, C., Booz, F., Cirilo, C., Herartt, J.M., & Herartt, N. (2021). Projeto Festival de Dança: Educação por meio da arte. *Linhas Críticas*, 27, 1 – 27. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.35022>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- Figueira, E. (2019) *Introdução Geral a Educação Inclusiva*. Figueira Digital/Agbook. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1w9q_ifIbp5Rjw2TK6p7MERTnIrhWelhm/view. Acesso em: 20 mar. 2023.
- Freitas, M. C., & Jacob, R. N. F. (2019). Inclusão educacional de crianças com deficiências: notas do chão da escola. *Revista Educação e Pesquisa*. 45, e 186303. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945186303>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6. Ed.) Atlas.
- Gonçalves J. S., Leão, C. M., & Goobo, M. (2011). Dança – Uma revisão bibliográfica: Fatores de contribuição no desenvolvimento de pessoas com deficiência no ambiente escolar. *Anais do X Congresso Nacional de Educação. Educere. I Seminário Internacional de representações Sociais, Subjetividade e educação – SIRSSE*, Curitiba, Paraná, Brasil. Disponível em: <https://silo.tips/downloadFile/dana-uma-revisao-bibliografica-fatores-de-contribuicao-no-desenvolvimento-de-pess>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2018). *Censo Demográfico 2010. Nota técnica 01/2018. Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington*. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/notas_tecnicas/nota_tecnica_2018_01_censo2010.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Anísio Teixeira (INEP). (2022). *Censo Escolar 2021: População de 05 a 17 anos que não frequenta a escola – Brasil - 2021*. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

Mantoan, T. E. (2003). *Inclusão Escolar o que é? Por quê? Como fazer?* (1. Ed.). Moderna.

Pereira, R. M. C. (2016). *Aprendendo pesquisar. Estudos e Experiências*. (1. Ed.). Didática.

Rodrigues, C. S. D., Therrien, J., Falcão, G. M. B., & Grangeiro, M. F. (2016). Pesquisa em educação e bricolagem científica: rigor, multirreferencialidade e interdisciplinaridade. *Cadernos de pesquisa*, 45 (162), pp.966-982. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143720>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Sasaki, R. K (2011). Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, 5 (24), pp. 6 – 9. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540 Soetard, Michel. (2010). *Johann Pestalozzi*. Massangana. <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-120032/johann-pestalozzi>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Souza, W.L., Silva, A. A., Alves, D. C. S., Rocha, C. B. O. & Melo, T., C. (2016). O bricoleur, uma clínica rizomática e o “fazer psi”: repensando as práticas psicológicas. *Cadernos de Graduação*, 3 (2), 23-38, abr. Maceió, abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/download/2617/1776/9672>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Vygotsky, L. S. (2012). *Imaginação e criatividade na infância. Ensaio de Psicologia*. (Tradução do russo, introdução e notas de Fróis, J. P., 1ª Ed.). Dinalivros.